



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DE RIBEIRÃO PRETO

COC –

COORDENAÇÃO DO CURSO

PROJETO LABORATÓRIO FDRP

LABORATÓRIO [] I - [X] III - [] V - [] VII - [] IX

ANO/SEMESTRE: 2026/1

TÍTULO DO EIXO A SER DESENVOLVIDO: **Laboratório de Direito Público – Julgamentos Simulados**

DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): Prof^a. Dr^a. Eliana Franco Neme e Prof. Dr. Fernando da Fonseca Gajardoni

ODS-ONU* que abrange(m) a atividade proposta, se for o caso: 04, 05, 08, 10 e 16

NÚMERO MÁXIMO DE ALUNOS, SE HOUVER: 40

GRUPO SOCIAL ALVO DA ATIVIDADE: Alunos(as) da graduação em Direito da FDRP-USP (do 1º ao 5º ano)

CARGA HORÁRIA TOTAL: 06 - trabalho (Horas Extensão: 06)

* Ver Anexo I

OBJETIVOS

Objetivo Geral • Capacitar os(as) estudantes para a atuação prática e argumentativa em Direito Público, por meio de simulações de julgamento estruturadas sobre casos concretos. Objetivos Específicos • Desenvolver a capacidade de leitura, interpretação e aplicação crítica da Constituição Federal e dos tratados de direitos humanos; • Aperfeiçoar técnicas de redação jurídica e de elaboração de memoriais; • Treinar a sustentação oral e a argumentação jurídica; • Estimular o trabalho em equipe e o diálogo jurídico equilibrado; • Integrar o estudo dos tribunais brasileiros e internacionais na formação do constitucionalista contemporâneo.

METODOLOGIA:

O laboratório funcionará integralmente por meio de casos concretos, desenvolvidos ao longo do semestre.

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS:

- Caso 1: Direito Constitucional: Julgamento pelo Supremo Tribunal Federal 11/03 - Primeira Semana: Apresentação do Caso e Formação das Equipes. Encontro na FDRP. 9 hs da manhã. 18/03 - Segunda Semana: Preparação Escrita e para Entrega dos Memoriais. Atividade dos(as) alunos(as) 24/03 – Terceira Semana: Entrega dos memoriais no classroom. 25/03 – Terceira semana: Debates orais. Encontro na FDRP. 9 hs da manhã. 08/04 - Quarta semana: Inversão de Debates. Encontro na FDRP. 9 hs da manhã. 08/04 - Quarta semana: Apresentação do novo problema.
 - Caso 2: Direito Animal: Julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça 22/04 – Quinta semana: Preparação Escrita e para entrega dos Memoriais. Atividade dos(as) alunos(as) 28/04 – Sexta semana: Entrega dos memoriais no classroom. 29/04 – Sexta semana: Debates orais. Encontro na FDRP. 9 hs da manhã. 06/05 – Sétima semana: Inversão de Debates. Encontro na FDRP. 9 hs da manhã. 06/05 – Sétima semana: Apresentação do novo problema.
 - Caso 3: Direitos Humanos: Julgamento pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos 20/05 – Oitava semana: Preparação Escrita e para Entrega dos Memoriais. Atividade dos(as) alunos(as) 26/05 – Nona semana: Entrega dos memoriais no classroom. 27/05 – Decima semana: Debates orais. Encontro na FDRP. 9 hs da manhã. 03/06 – Decima primeira semana: Inversão de Debates. Encontro na FDRP. 9 hs da manhã.
- Fechamento do módulo e das notas.

RESULTADOS ESPERADOS:

Ao final do Laboratório, será elaborado um Relatório de Impacto Formativo, contendo: análise qualitativa da evolução discente; análise quantitativa dos indicadores (notas, evolução, participação); síntese dos dados de autoavaliação e avaliação por pares; recomendações para edições futuras do laboratório. Esse relatório será incorporado ao fechamento das atividades de extensão, demonstrando o retorno acadêmico e social produzido pelo Laboratório de Direito Público.

MÉTODO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS DISCENTES EMPREGADO PELO DOCENTE:

Os critérios de avaliação serão especificados em edital próprio a cada caso e abrangerão: Qualidade dos memoriais (argumentação, fundamentação e clareza); Desempenho na sustentação oral (clareza, domínio do conteúdo e estratégia retórica); Capacidade de trabalho em equipe e respeito ao tempo; Capacidade de argumentação e domínio técnico na réplica e tréplica. Pontuação máxima por caso: 10 (dez) pontos, divididos igualmente entre a produção escrita e a sustentação oral. A atribuição das notas será individual pela participação de cada aluno(a) na elaboração dos memoriais e nos debates. A avaliação será formativa e processual, considerando: Participação contínua nas etapas; Qualidade técnica das peças processuais; Desempenho individual e coletivo nas sustentações orais.

MÉTODO DE AVALIAÇÃO DO IMPACTO PARA O GRUPO SOCIAL ALVO QUE SERÁ EMPREGADO PELO DOCENTE:

A avaliação do impacto do Laboratório de Direito Público sobre o grupo social alvo, os(as) estudantes da graduação em Direito da FDRP-USP, será conduzida de maneira sistemática e contínua pela coordenação docente, com foco no desenvolvimento de competências práticas, argumentativas e colaborativas. O método combina instrumentos qualitativos e quantitativos, garantindo aderência às diretrizes da Política de Extensão da USP e permitindo aferir o alcance formativo da atividade.

7.1. Indicadores de Impacto Serão considerados, entre outros, os seguintes indicadores:

- Desenvolvimento técnico-jurídico capacidade de identificar normas aplicáveis; qualidade da argumentação jurídica; precisão na redação de memoriais e peças processuais.
- Competências comunicacionais e retóricas segurança e clareza na sustentação oral; estruturação lógica de argumentos; capacidade de resposta a perguntas da banca.
- Trabalho em equipe e colaboração divisão equilibrada de tarefas; corresponsabilidade no desenvolvimento dos memoriais; cooperação durante ensaios e debates.
- Ampliação da postura crítica e autonomia intelectual capacidade de analisar casos complexos; habilidade de sustentar posições alternadas (acusação e defesa); domínio de raciocínios constitucionais e internacionais.
- Integração prática-teórica aplicação de doutrina e jurisprudência nos casos; compreensão da dinâmica real dos tribunais superiores e do Sistema Interamericano.

7.2. Instrumentos de Avaliação do Impacto A mensuração será feita por múltiplas fontes de informação:

- Ficha de avaliação individual da coordenação Para cada caso, os docentes preencherão uma ficha que abrange: desempenho técnico, desempenho oral, trabalho em equipe, domínio teórico, evolução em relação ao caso anterior.
- Autoavaliação discente Ao final de cada módulo (STF, STJ e Sistema Interamericano), cada aluno(a) preencherá uma autoavaliação reflexiva sobre: dificuldades encontradas; aprendizados adquiridos; percepção de evolução.
- Avaliação por pares (peer review) Breve formulário anônimo para que cada integrante avalie: a colaboração dos colegas; o nível de engajamento da equipe; a qualidade da divisão de tarefas. (A coordenação utiliza essa informação apenas como elemento complementar e não punitivo.)
- Registro qualitativo da banca avaliadora Os feedbacks orais da banca, composta por docentes, pós-graduandos ou profissionais, serão registrados em ata simplificada, possibilitando identificar padrões de evolução ao longo das simulações.
- Comparativo longitudinal A coordenação comparará os três ciclos avaliativos do semestre para medir: evolução da escrita jurídica; amadurecimento argumentativo; desempenho crescente nas sustentações orais.

7.3. Avaliação Final de Impacto Ao final do Laboratório, será elaborado um Relatório de Impacto Formativo, contendo: análise qualitativa da evolução discente; análise quantitativa dos indicadores (notas, evolução, participação); síntese dos dados de autoavaliação e avaliação por pares; recomendações para edições futuras do laboratório. Esse relatório será incorporado ao fechamento das atividades de extensão, demonstrando o retorno acadêmico e social produzido pelo Laboratório de Direito Público.

ANEXO I

Lista de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-ONU) e que pode se encaixar a temática do eixo proposto para o laboratório

-
- 1, erradicação da pobreza
 2. Fome zero e agricultura sustentável
 3. Saúde e bem-estar
 4. Educação de qualidade
 5. Igualdade de gênero
 6. Água potável e saneamento
 7. Energia limpa e acessível
 8. Trabalho decente e crescimento econômico
 9. Indústria, inovação e infraestrutura
 - 10..Redução das desigualdades
 11. Cidades e comunidades sustentáveis
 12. Consumo e produção responsável
 13. Ação contra a mudança global do clima
 14. Vida na água
 15. Vida terrestre
 16. Paz, justiça e instituições eficazes
 17. Parcerias e meios de implementação